

## Interface Educação

---

### A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA O ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

*Ana Patrícia de Lima Bastos (1)*  
*Antonia Marlene Machado Correia (2)*  
*Francisca Rickchelly da Franca (3)*  
*Karliete Gonçalves Oliveira (4)*  
*Marla Soares Souza (5)*  
*Lauro Araújo Mota (6)*  
*Eveline Lanzillotti Gomes (7)*

#### Resumo

A Deficiência Auditiva – DA., assim como toda deficiência, perpassa o espaço escolar e os obstáculos vividos por esse grupo não estão limitados à vida acadêmica. A comunicação entre os surdos e entre estes e os ouvintes vai além de questões educacionais, é um problema social. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um instrumento eficaz na facilitação da comunicação e, conseqüentemente, no processo ensino-aprendizagem. Conhecer esta língua é fundamental para atender com responsabilidade às reais necessidades deste público e favorecer sua inclusão no âmbito escolar. O presente estudo objetivou conceituar, classificar e caracterizar a DA descrevendo as características básicas e as implicações da LIBRAS no ambiente escolar. Para o reconhecimento da complexidade da DA e das LIBRAS, foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como principais fontes de pesquisa artigos, teses e livros. O conhecimento oriundo desse estudo possibilitou o reconhecimento de que a surdez não é um indício de déficit de inteligência. As dificuldades acadêmicas vividas pelos surdos podem estar relacionadas à dificuldade de comunicação, fato que dificulta a interpretação do que está sendo pedido. Não há inclusão nem aprendizagem sem comunicação. A LIBRA constitui-se assim, como um instrumento facilitador na inserção do surdo não apenas na escola, mas na sociedade de modo geral.

**Palavras-chave:** Surdez; LIBRAS; escola.

#### Introdução

Estudar sobre a pessoa com DA reporta-nos às questões relacionadas a seus limites e possibilidades. O surdo, assim como qualquer outro sujeito cognoscente, tem capacidade de aprender/adquirir conhecimentos cotidianos, científicos e estabelecer uma convivência com as demais pessoas da sociedade.

Diferentemente do que propaga no senso comum, essa deficiência não necessariamente afeta o intelecto humano. A dificuldade em interagir com os demais membros da sociedade e em responder satisfatoriamente às questões adequadas aos que possuem audição normal não indica baixo nível intelectual, mas

uma dificuldade em interpretar os signos lingüísticos usados pelos ouvintes. A comunicação encontra-se limitada devido a diferenças que interferem na conciliação entre a linguagem de ouvintes e não ouvintes. O meio pode amenizar ou agravar esse problema. Quando não há uma estimulação favorável as dificuldades de comunicação e aprendizagem podem se agravar, ficando o sujeito surdo passível a ocorrência de déficits no seu desenvolvimento cognitivo.

A comunicação é fundamental para que o processo ensino-aprendizagem ocorra adequadamente. No caso do DA, este fator deve ser analisado minuciosamente para que práticas capazes de transpor as barreiras geradas por essa deficiência sensorial possam ser adotadas. Um dos recursos mais aceitos e recomendados atualmente é o uso da língua de sinais (que no Brasil recebe o nome de Língua Brasileira de Sinais) por alunos e professores, permitindo o uso de uma mesma linguagem por todos. É válido salientar que muitos surdos comunicam-se através de gestos, mas desconhecem a língua de sinais brasileira e seus gestos padronizados, sendo necessária a alfabetização em LIBRAS desse grupo.

Contudo, o conhecimento desta forma de comunicação deve ser direito de ouvintes e não ouvintes, facilitando a integração e a inclusão social. A sociedade é heterogênea, fato que se repete nos ambientes escolares, portanto o uso da LIBRAS contribui para a facilitação do processo de aprendizagem do surdo e dos relacionamentos interpessoais, além de facilitar a inserção da pessoa surda em um meio ocupado principalmente por ouvintes.

### **Conceituando a Deficiência Auditiva**

A história da humanidade mostra que em um passado não muito distante o deficiente auditivo era visto apenas como um ser cuja comunicação oral estava afetada, ficando seu intelecto e sua capacidade de aprendizagem escondidos sob a sombra da oralização incompreensível ou ausente. Hoje, se sabe que a deficiência auditiva pode ser prevenida e, se precocemente acompanhada por equipe multiprofissional, pode favorecer a vida acadêmica e social do surdo.

Conhecer as causas e conseqüências da DA é fundamental para a intervenção profissional diversificada. O conhecimento das diversas patologias que afetam a audição também é de grande importância para o acompanhamento dos casos, visto que esta pode ocorrer isoladamente ou em conjunto com outras alterações anatômicas e/ou fisiológicas, se manifestando através de síndromes. Cada patologia tem características típicas (SANTOS E RUSSO, 1991, p. 197).

Conforme Silva (2010) “deficiência auditiva é a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional com ou sem prótese auditiva” (p.09).

Segundo o Comitê da Academia Americana de Otorringologia (1979), citado por Northern e Downs, (1989a p. 10 apud, BUFFA, 2002, p. 24), a deficiência auditiva é “uma desvantagem imposta por um dano capaz de afetar a eficiência de uma pessoa nas atividades do cotidiano”

Bevilacqua e Formigoni (1997 p. 11 apud BUFFA, 2002, p. 24) afirmam que “as deficiências auditivas diferem em termos de localização, causa, tempo de aquisição, grau da deficiência e estabilidade de limiar. Elas podem ocorrer sozinhas ou em combinação com outras deficiências. Cada um desses fatores tem

influência na deficiência auditiva, no tipo de intervenção e, conseqüentemente, em todo o desenvolvimento psicossocial da criança”.

Diante destas considerações supracitadas percebe-se que a deficiência auditiva dificulta a comunicação dos surdos e influencia seu desenvolvimento neuropsicomotor e, conseqüentemente, atinge seu processo de aprendizagem e sua vida social e acadêmica. O fator comunicativo surge como o principal obstáculo presente na vida dos não ouvintes. Facilitar o processo comunicativo é um desafio que precisa ser enfrentado pela sociedade de modo geral. A comunicação dos deficientes auditivos não é uma possibilidade, mas uma característica típica do ser humano. Todos possuem necessidade de comunicar-se. Facilitar a comunicação dos surdos é um desafio que precisa ser vencido e para isto diversas inovações têm surgido, como é possível perceber na seguinte citação:

Existem vários caminhos pelos quais as crianças deficientes auditivas podem aprender a se comunicar. Com os recentes desenvolvimentos tecnológicos tais como técnicas de diagnósticos audiológicos precoces, aparelhos de amplificação sonora potente e implantes cocleares multicanal, a meta da linguagem oral fluente pode ser conseguida por mais e mais crianças deficientes auditivas. (Cole, 1992, citado por Bevilacqua e Formigoni, 1997, p.12, apud BUFFA, 2002, p. 25).

A comunicação de pessoas com D.A. deve ser estabelecida levando em consideração a causa, tipo e grau de deficiência, para assim conhecer as especificidades da mesma e a melhor maneira de realizar a comunicação.

### **Tipos e causas da Surdez**

A deficiência auditiva pode apresentar diferentes causas, que podem ocorrer antes (Pré-natais), durante (Peri-natais) e após (Pós-natal) o nascimento da criança. Pode ser hereditária ou não hereditária. Quanto ao local de ocorrência pode atingir o sistema condutivo (atinge o ouvido externo e/ou médio), o neurossensorial (ocorre no ouvido interno ou no nervo vestibulo-coclear) ou o nervoso central (afeta o tronco cerebral e o cérebro). Pode ser congênita ou tardia, genética ou não genética (SANTOS E RUSSO, 1991).

A disacusia condutiva ocorre, na maioria das vezes, por um bloqueio que impede a transmissão adequada das ondas sonoras, que pode ser causado por rolhas de cera, objetos introduzidos no conduto auditivo externo, lesões no tímpano, alterações na movimentação dos ossículos do ouvido médio (martelo, bigorna, estribo), alterações anatômicas e infecções. Pode ser temporária ou não. Geralmente é de grau leve a moderado. Na surdez neurossensorial ocorrem problemas no mecanismo de percepção sonora, impedindo a transmissão do som do ouvido interno ao cérebro e seu grau é de moderado a profundo. Pode ter como causa doenças infecciosas, traumas, tumores, ruídos e problemas hereditários e/ou congênitos. Em quase sua totalidade é irreversível. A mista compreende problemas condutivos e neurossensoriais.

Conhecer os tipos e causas da deficiência auditiva é essencial para saber que atendimento médico e educacional cada pessoa deve receber, sendo que o diagnóstico de cada surdez deve ser dado por um especialista e só deve-se direcionar o atendimento quando há esse diagnóstico correto, pois desenvolver ações de atendimento à pessoa surda com base em diagnóstico não especializado, feito por puras e simples observações,

por pessoas que não compreendam as especificidades dessa deficiência, pode prejudicar a aquisição da linguagem da pessoa com deficiência. É importante conhecer também os graus com que a surdez atinge o aparelho auditivo, pois é essencial que o resíduo auditivo seja usado e aproveitado ao máximo.

### **Graus da Deficiência Auditiva**

Quando há falhas no sistema auditivo do indivíduo, surge a deficiência auditiva que pode ser: leve, média, severa ou profunda, dependendo da quantidade de perda de dB (decibéis). Segundo o “Bureau International d’Audiophonologie” (BIAP) – Departamento Internacional de Audiologia, os graus de surdez, são: leve – entre 20 e 40 dB; média – entre 40 e 70 dB; severa – entre 70 e 90 dB; profunda – mais de 90 dB.

No grau leve, a deficiência impede o aluno de perceber igualmente todos os fonemas das palavras, além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Dessa forma, o aluno, muitas vezes, é, precipitadamente, rotulado de desatento. Sendo que, essa perda auditiva pode ser a causa de algumas dificuldades na leitura e escrita. Para se desenvolver dentro do ambiente escolar e social esse aluno necessita de protetização, atendimento fonoaudiológico e escola comum.

A perda média agrava a situação do estudante, pois a percepção das palavras só é captada através de sons altos. É frequente o atraso de linguagem e em alguns casos problemas linguísticos. Esses alunos, assim como os de perda leve necessitam de protetização, atendimento fonoaudiológico, com o diferencial do atendimento de um psicopedagogo.

O grau de perda considerado severo permite que se perceba a voz apenas em tom forte, a compreensão verbal depende de aptidão para utilizar a percepção sucessível. Esses alunos precisam de medidas educativas especiais, e atendimento especializado em escola comum.

A partir da perda de mais de 90 dB ocorre a surdez profunda e a perda total da audição. Nesse nível de surdez, é essencial o desenvolvimento de uma forma de comunicação que possibilite o contato do aluno surdo com as demais pessoas. A forma mais recomendada para a comunicação dos indivíduos que possuem surdez profunda é a língua de sinais.

### **Conceituando a língua de sinais e a LIBRAS**

As línguas de sinais são estruturadas para facilitar e possibilitar a comunicação das pessoas deficientes auditivas, elas não são universais, cada país possui sua língua de sinais e apresentam diferenças em suas estruturas, diferenças estas que podem variar de um estado a outro dentro de um mesmo país.

De acordo com Damásio, Alves e Ferreira (2010) as línguas de sinais:

[...] são línguas naturais e complexas, que se utilizam de um canal visual-espacial, de articulação das mãos, das expressões e do corpo, para estabelecer sua estrutura. Trata-se de sistemas linguísticos independentes dos sistemas orais e se apresentam numa modalidade diferente das línguas orais-auditivas. O que é chamado de palavra ou item lexical nas línguas orais-auditivas é denominado sinais na língua de sinais. (capítulo IV, p. 23)

O Brasil possui sua língua de sinais que é conhecida como LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, que:

Constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com surdez do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Esse reconhecimento constituiu um marco histórico na vida dessas pessoas. (DAMÁSIO; ALVES; FERREIRA, 2010, p. 23 e 24)

Diferente do que pensam algumas pessoas, a LIBRAS não se constrói somente por mímicas e gestos soltos, ela possui um status de língua por ser composta de níveis linguísticos, apresentando estrutura fonológica, morfológica, sintática e semântica. Possui, portanto, uma estrutura gramatical própria e bem definida. Sendo que, o diferencial desta está na forma de se construir, porque trata-se de uma modalidade linguística que se dá através do uso do canal visual-espacial, divergindo das demais línguas, que são oral-auditivas.

A LIBRAS, assim como as outras línguas possibilita a seus usuários, discutir, avaliar e relacionar qualquer tema ou assunto relativo a qualquer ramo da ciência ou contexto científico, por ser uma língua complexa, completa, porém pouco conhecida. É interessante conhecer como acontece o processo ensino-aprendizagem, quando se utiliza a LIBRAS, e mais interessante ainda é perceber como a língua de sinais possibilita a comunicação essencial ao desenvolvimento desse processo.

### **Breve Histórico da Língua Brasileira de Sinais**

Conhecer a história da LIBRAS nos possibilita compreender a atual importância que tem se dado a essa modalidade linguística. No período de 1500 a 1855, já existiam muitos surdos no país, mas nessa época, a educação era precária até para as pessoas ditas “normais”. Em 1855, ocorreu a vinda ao Brasil de um professor francês surdo, chamado Hurt, e, em 1887, foi fundado o primeiro Instituto Nacional de Surdos Mudos no Rio de Janeiro. Foi devido a esse professor que a LIBRAS se desenvolveu e traz marcas claras dos sinais franceses.

A conquista dos direitos dos D.A. foram ocorrendo gradativamente no país passando de um modelo puramente assistencialista e caritativo do período imperial e início da república, até adquirir o status de direito legalmente constituído, já na última metade do século XX. É, portanto, um processo lento e, até os dias atuais, continua-se uma busca constante por melhores condições de vida, trabalho e educação para esse grupo de pessoas com limitação sensorial.

Em 24 de abril de 2002 foi promulgada a Lei N° 10.436 que reconhecia a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas no Brasil. O artigo 4° da referida lei reconhece a Libras como parte integrante do PCNs o que significa dizer que esta passa a fazer parte do currículo oficial dos sistemas de ensino, conforme pode ser visto a seguir:

O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, o

ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente ( art. 4º )

Em 2005, foi promulgado um decreto que tornou obrigatória a inserção da disciplina nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio (curso Normal) e superior (Pedagogia, Educação Especial, Fonoaudiologia e Letras). Desde então, as instituições de ensino superior vêm procurando se adequar a essa lei garantindo a oferta dessa disciplina nos cursos de graduação. No caso da Universidade Estadual do Ceará, Campus do Inhamuns, locus dessa investigação o currículo do curso de Pedagogia foi reformulado para justamente atender às novas orientações do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação ofertando a disciplina de LIBRAS no 5º semestre. A disciplina está estruturada de forma a explorar os aspectos históricos, legais e biológicos da surdez e do atendimento educacional direcionando a esses sujeitos, além da gramática da língua brasileira de sinais e das teorias de tradução e interpretação.

Diante do que foi exposto até agora pode-se perceber a evolução nas conquistas que a comunidade surda tem conseguido com relação à expansão da LIBRAS, sendo um importante avanço o amparo legal sobre o reconhecimento do ensino dessa modalidade lingüística na escola regular. Porém, há muito ainda a ser feito para que a LIBRAS se torne uma língua difundida e utilizada pela população brasileira, tanto entre os surdos como entre os surdos e os ouvintes.

## O ensino de LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua oficial das pessoas surdas, e como ressalta Damásio, Alves e Ferreira (2010): “Uma pessoa que entra em contato com uma Língua de Sinais irá aprender uma outra língua, como o Francês, Inglês etc, mas sempre lembrando que são línguas de modalidades diferentes.” (p. 24)

É essencial que as pessoas que ministram o ensino de LIBRAS, tenham consciência da importância de respeitar as singularidades e naturalidade da língua. O que quase ninguém sabe é que é direito da pessoa surda o acesso ao aprendizado de LIBRAS como sua primeira língua (L1) ainda em tenra idade e que:

[...] um dos desafios das políticas públicas inclusivas para as escolas brasileiras é a construção de ambientes educacionais para o ensino dessa língua, que respeitem os ciclos do desenvolvimento e a naturalidade de sua aquisição pelas crianças com surdez e dotados de métodos adequados para o seu ensino. Para oferecer o aprendizado dessa língua, resguardando que seus usuários tenham a sua apropriação de maneira natural, é importante a presença de um profissional com surdez, se possível, atuando nesses ambientes. (DAMÁSIO, ALVES e FERREIRA, 2010, p. 25)

De acordo com as autoras citadas anteriormente A língua de sinais tem sido desenvolvida por instrutores de LIBRAS, que tem proficiência reconhecida pelo MEC. No entanto, sabe-se que essa ação não ocorre igualmente em todo o âmbito nacional, muitas vezes, por não haver grande demanda de educadores que dominem essa língua. O ensino dela às pessoas surdas, por vezes, fica a cargo de professores com especialização

e/ou cursos na área de D.A. e LIBRAS. Para ensinar a língua de sinais é necessário conhecê-la e compreender sua estrutura, para ter certeza de que ela está sendo ensinada e assimilada/aprendida de maneira correta.

Uma proposta muito empregada atualmente é o bilingüismo, que defende a língua de sinais como a primeira língua (L1) das pessoas surdas, e a segunda língua (L2) é a língua própria dos ouvintes, no caso, a língua portuguesa. Mas, infelizmente, o desenvolvimento dessa modalidade lingüística encontra desafios com relação à falta de professores bilíngües, o fato das escolas apresentarem currículos inadequados (muitos fechados) e ambientes diglotas quase inexistentes.

Na vida em sociedade, e especificamente em escolas comuns, é notória a dificuldade dos alunos surdos que sabem LIBRAS de se relacionarem e interagirem com as pessoas ouvintes, principalmente se elas não dominam essa língua de sinais. Assim, alguns autores defendem que a escola especial:

[...] é ideal para os alunos com surdez pelo fato de a estrutura, o tipo de comunicação, os métodos de ensino da língua oral e da escrita serem específicos, facilitando aos professores a atuação, pois agiliza o trabalho, já que não se expõem esses alunos ao modelo padrão ouvintista e valoriza-se a igualdade de condições entre pares, respeitando-se a língua gestual visual, a cultura, a identidade surda. (DAMÁZIO, 2007)

No entanto Damázio (2007) defende que:

Nesse modelo de escola, a segregação também é a marca das interações sociais, pois os alunos isolam-se cada vez mais, ao serem excluídos do convívio natural dos ouvintes. Eles se sentem incapazes de vencer certas barreiras impostas pelos ouvintes. Há entraves nas relações sociais, afetivas e de comunicação, como se existisse um ambiente dicotomizado pela língua e, assim, as deficiências e os preconceitos se fortalecem.

A autora ressalta que os modelos de escolas especiais favorecem à exclusão dos D.A.s, pois impossibilita a interação destes com as demais pessoas da sociedade. Aí reside à grande contradição da escola regular enquanto lugar privilegiado de construção e socialização do saber, pois, para um grupo de sujeitos (sem deficiência), constitui-se um espaço de inclusão e sucesso enquanto que, para outro, torna-se ainda espaço de fracasso e exclusão.

O desafio com relação ao ensino de alunos com deficiência auditiva através da LIBRAS como primeira língua ainda é muito grande, muitas barreiras precisam ser removidas dentro e fora da escola, principalmente quanto ao reconhecimento do surdo como um sujeito de capacidades e potencialidades de aprendizagem. Derrubar essas barreiras é justamente o desafio de construir a escola inclusiva onde todos os alunos possam ter acesso, possam permanecer e ter sucesso, indistintamente.

### **Considerações Finais**

A grande diversidade de pessoas faz com que a população brasileira compreenda indivíduos com as mais diferenciadas características. Os surdos representam um grupo significativo e atuante. Assim como todos os

seres humanos possuem singularidades e diferenças, a dificuldade em interagir através da linguagem oral com pessoas ouvintes não constitui um motivo para excluí-lo do convívio social e nem privá-lo de uma vida escolar agradável e capaz de atender às suas necessidades. Para não apenas conhecer, mas sim reconhecer o surdo como membro dessa sociedade, faz-se necessário intensificar o uso de LIBRAS não apenas na escola, mas nos mais diferentes locais, facilitando a troca de informações entre ouvintes e não-ouvintes. Esta língua é o meio mais eficaz de aproximar os surdos dos que não possuem deficiência auditiva.

## Referências

- ALMEIDA, Janete Alves (2007) **Aquisição do sistema verbal do português-por-escrito pelos surdos**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Área de Concentração: Gramática.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 (Lei da Libras)
- BUFFA, Maria José Monteiro Benjamin (2002) **A inclusão da criança deficiente auditiva no ensino regular: uma visão de professor de classe comum**. Dissertação (mestrado) – Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo, Área de Concentração: Distúrbios de Comunicação Humana.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum**: questões polêmicas e avanços contemporâneos. Uberlândia. v. 11, n. 2, p. 105-116, dez., 2005.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Tendências Subjacentes à educação das pessoas com surdez**. In: SILVA, A. da; LIMA, C. V. P de; DAMÁZIO, M. F. M. Deficiência Auditiva. São Paulo: MEC/SEESP, 2007
- DAMÁZIO, Mirlene F. M., ALVES, Carla B. e FERREIRA, Josimário de P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- LIMA, Layane Rodrigues (2010) **As estruturas de causa e consequência na aquisição do português-por-escrito como segunda língua pelos surdos**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Linguística.
- RIOS, Noemi Vieira de Freitas (2007) **O processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento Fonoaudiologia.
- SOUSA, Wilma Pastor de Andrade Sousa (2009) **A construção da argumentação na Língua Brasileira de Sinais: divergências e convergências com a Língua Portuguesa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraíba, Departamento de Linguística.
- VASCONCELOS, Norma Abreu; LEMOS, Lima Maciel (2006) **Inclusão e realidade: um olhar sobre a pessoa surda**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Departamento Educação, Área de Concentração: Educação Popular, Comunicação e Cultura.
- SANTOS, Teresa Momensohn; RUSSO, Iêda Pacheco. **A prática da audiologia clínica**. 3ª Ed. Cortez editora. São Paulo.1991
- SILVA, Alexandre Ribeiro. **Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva**. Apostila do IESB – Instituto de Educação Superior do Brasil. Sobral, 2010, pp. 09-10.

## Sobre os autores:

- (1) **Ana Patrícia de Lima Bastos** é Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará.
- (2) **Antonia Marlene Machado Correia** é Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará
- (3) **Francisca Rickchelly da Franca** é Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará

- (4) **Karliete Gonçalves Oliveira** é Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará
- (5) **Marla Soares Sousa** é Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará.
- (6) **Lauro Araújo Mota**- Pedagogo- Universidade Estadual do Ceará, Especialista em História e Sociologia- Universidade Regional do Cariri. **E-mail:** lauropedagogiauece@hotmail.com .
- (7) **Eveline Lanzillotti Gomes** – Fonoaudióloga - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Especialista em Educação Especial- Universidade Estadual Vale do Acaraú. Docente da Universidade Estadual do Ceará. **E-mail:** evelinelanzillotti@bol.com.br

**Como citar este artigo (Formato ISO):**

BASTOS, A.P.L., CORREIA, A.M.M., FRANCA, F.R., SOUSA, M.S., MOTA, L.A. e GOMES, E.L.. A importância da língua brasileira de sinais para o ensino de alunos com deficiência auditiva implicações pedagógicas. **Id on Line Revista de Psicologia**, Fevereiro de 2011, vol.1, n.13, p.23-31. ISSN 1981-1189.